

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.276 - GO
(2019/0248531-8)**

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
AGRAVANTE : ENZO CALIL TREVISAN
ADVOGADO : GUILHERME VILELA PATO REZENDE E OUTRO(S) -
GO036842
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO VIOLADO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284/STF. POSSE DE ARMA DE FOGO. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. AGRADO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Considera-se deficiente a fundamentação do recurso que não aponta o dispositivo legal violado pelo acórdão recorrido. Incidência da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal.

2. Mesmo para os recursos interpostos pela alínea "c" do permissivo constitucional, é necessário que se aponte o artigo da legislação federal a que se deu interpretação divergente, o que não se verifica na espécie.

3. *A posse de arma de fogo é crime de perigo abstrato, sendo irrelevante, portanto, aferir sua lesividade ou mesmo o fato de estar desmuniada, porquanto o que se busca é a proteção da segurança pública e a paz social.* (AgRg no AREsp n. 1475991/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 5/11/2019, DJe 11/11/2019)

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator